

**DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À INSTRUÇÃO DO PROCESSADO  
PARA EFEITOS DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA  
TIPO DA PROPOSIÇÃO: PL Nº 726 de 2007**


**1. A proposição provoca repercussão negativa no âmbito dos orçamentos da União, estados e municípios?**

☒ SIM → ☒ Aumento de despesa - ☒ União ☐ estados ☐ municípios  
→ ☐ Diminuição de receita - ☐ União ☐ estados ☐ municípios  
☐ NÃO

**1.1.Há proposição apensa, substitutivo ou emenda que provoque aumento de despesa ou diminuição de receita na União, estados e municípios?**

☒ Aumento de despesa. Quais? **Emenda Modificativa da Com. Educ. e Cultura**

**Educ. e Cultura**

☒ SIM  ☐ Implica diminuição de receita. Quais?

☐ Não implica aumento da despesa ou diminuição da receita. Quais?

☐ NÃO

**2. Em caso de respostas afirmativas às questões do item 1:**

**2.1. Há emenda de adequação que suprima o aumento de despesa ou diminuição de receita?**

☐ SIM (Emenda nº ) ☒ NÃO

**2.2. A proposição está instruída com estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que seus efeitos devam entrar em vigor e nos dois subsequentes?**

☐ SIM ☒ NÃO

**2.3. A estimativa de impacto da proposição foi elaborada por órgão dos Poderes, do Ministério Público da União ou Defensoria Pública da União e encontra-se acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas?**

☐ SIM ☒ NÃO (não há estimativa)

**2.3. Foi indicada a compensação com vistas a manter a neutralidade fiscal da proposta?**

☐ SIM ☒ NÃO

**3. As demais exigências constitucionais, legais e regimentais relacionadas à adequação e compatibilidade orçamentária e financeira foram atendidas<sup>1</sup>?**

☐ SIM ☒ NÃO

**3.1. Se não, relacionar dispositivo infringido: CF-ADCT: Art. 113; LRF: Arts. 16 e 17; LDO 2017: art. 117; e Súmula 1/08-CFT**

<sup>1</sup> Verificar especialmente os arts. 63, 167, 195 e 169 da Constituição Federal; art. 113 do ato das Disposições Constitucionais Transitórias; arts. 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23 e 24 da LRF; PPA 2016-2019; arts. 102, 103, e 117 da LDO 2017; Norma Interna da CFT, de 29 de maio de 1996 e Súmula 1/98-CFT.



**Câmara dos Deputados**

**Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF**

**4. Outras observações:**

Institui o Programa Nacional de Auxílio a estudantes carentes matriculados no ensino médio, com pagamento de benefício pecuniário ao aluno ou à mãe do aluno beneficiado menor de 18 anos.

O presente projeto de lei expande os gastos públicos continuados, sem, no entanto, atender o que determinam as leis orçamentárias e financeiras, quanto à criação de novas despesas para a União.

**Brasília, de de 2017.**

**Marcelo Augusto da Silva Costa**  
**Assistente de Orçamento e Fiscalização Financeira**